

PARECER/2023/83

I. Pedido

1. O Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. (IRN) veio solicitar à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) a emissão de parecer sobre um protocolo que visa regular o acesso do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, (IMT, IP) à informação constante da base de dados do registo de veículos.
2. O pedido é efetuado ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 27.º-D, e o n.º 1,2,3 e 7 do artigo 27.º-E do Decreto-Lei n.º 54/75, de 12 de fevereiro¹, diploma que define o Regime do Registo Automóvel.
3. São partes no protocolo o IRN, o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ) e o IMT, IP.
4. Nos termos da Cláusula 1.ª do Protocolo, o IMT, IP é autorizado a aceder à informação do registo de veículos mediante consulta em linha à respetiva base de dados, localizada no IGFEJ, para a finalidade exclusiva de prossecução da competência que está legalmente cometida no âmbito da regulamentação técnica, de licenciamento, coordenação, fiscalização e planeamento no setor dos transportes terrestres; na aprovação, homologação e certificação de veículos e de equipamentos afetos aos sistemas de transporte terrestre; no âmbito da emissão de segundas vias de certificados de matrícula, ao abrigo do artigo 8.º, n.ºs 1 e 2 e n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 178-A/2005, de 28.10; prestação de serviços eletrónicos relacionados com: i) Registo de dados de contacto de proprietários de veículos, com vista ao envio de informações relacionadas com os seus veículos; ii) Apresentação de pedidos relativos a veículos; iii) Licenciamento de veículos para atividades de transporte; pedidos de matriculação de veículos com matrícula portuguesa no estrangeiro, facultando informação sobre a situação jurídica dos mesmos às respetivas congéneres.
5. São acedidos os seguintes dados: «nome, residência habitual, número e data do documento de identificação e número de identificação fiscal, quando disponível, ou firma, sede e número de pessoa coletiva, do proprietário ou locatário ou usufrutuário e ainda os ónus e encargos» (n.º 1 da Cláusula 1ª).
6. Os acessos à base de dados são feitos através da pesquisa por matrícula do veículo e estão condicionados à identificação obrigatória do número de processo ou pedido subjacente a que respeitam. (cf. n.º 1 da Cláusula 2.ª).
7. Para efeitos de auditoria, os acessos ficam registados pelo prazo de dois anos, em conformidade com o previsto no n.º 2 da Cláusula 2ª do protocolo.

¹ Na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 182/2002, de 20 de agosto.

8. Nos termos da Cláusula 3.^a do Protocolo, o IMT, IP, deve observar as disposições legais vigentes em proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, designadamente quanto a respeitar a finalidade para que foi autorizada a consulta, que deverá limitar-se ao estritamente necessário, não utilizando a informação para outros fins; a não transmitir a informação a terceiros; a tomar as medidas de segurança necessárias para garantir a integridade e bom funcionamento da base de dados. É ainda proibida qualquer forma de interconexão de dados pessoais.

9. Prevê-se também, na mesma cláusula, que, caso o IMT, IP, recorra a subcontratante para dar execução ao protocolo, fique vinculado, designadamente, a garantir a segurança do tratamento, a assegurar que as pessoas envolvidas assumem compromisso de confidencialidade e a dar conhecimento ao IRN de todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas no RGPD, incluindo facilitar e contribuir para as auditorias ou inspeções conduzidas pelo IRN ou por outro auditor por este mandatado.

10. O acesso à informação do Registo Automóvel processa-se por infraestrutura dedicada entre o IGFEJ, IP, e o IMT, IP, ou por circuito IP/MPSL a interligar com a infraestrutura do Ministério da Justiça com uso de combinação nome/palavra-chave associados a cada utilizador com implementação de túneis IPsec, para garantir a confidencialidade dos dados.

11. Ainda nos termos do protocolo, o IMT, IP, obriga-se a comunicar previamente ao IRN a identificação dos utilizadores do acesso à base de dados, mediante indicação do nome, da categoria/função e número do cartão de cidadão, tendo em vista a atribuição de credenciais de ligação ao sistema, sendo que cada utilizador receberá, em carta fechada, uma palavra-chave pessoal, que o responsabilizará pelo uso que fizer do serviço. O IMT, IP deve manter a todo o tempo lista atualizada dos utilizadores que comunica no início da execução do protocolo e sempre que houver alterações.

12. O IRN, IP, encaminha os pedidos de criação e alteração de utilizadores para o IGFEJ, IP.

13. No âmbito do acesso à base de dados via webservices, o IGFEJ, IP atribuirá um utilizador aplicacional e respetiva palavra-chave ao IMT, IP, para acesso aos webservices disponibilizados.

14. Nos termos do n.º 7 da cláusula 5.^a cada evocação realizada fica registada no sistema de auditoria pelo período mínimo de dois anos.

15. É da exclusiva responsabilidade do IMT, IP o acesso à informação e a posterior utilização da mesma.

16. O protocolo é celebrado pelo período de um (1) ano, tacitamente prorrogável por iguais períodos.

II. Apreciação

17. O presente protocolo vem substituir o protocolo celebrado em 06 de dezembro de 1999 entre a então Direção-Geral dos Registos e do Notariado e a então Direção-Geral de Viação (DGV), para acesso à base de dados do registo de automóveis através de linha de transmissão de dados, mais concretamente aos dados pessoais dos proprietários ou usufrutuários, e mediante acesso por características físicas dos veículos, mas que não permitia o acesso à informação sobre ónus ou encargos e o protocolo celebrado em 18 de maio de 2010. Por outro lado, por força do Decreto-Lei n.º 147/2007, de 27.04, o IMT, IP assume, em matéria de veículos e de condutores, as atribuições que vinham a ser exercidas pela DGV.

18. O IMT, IP, é, no âmbito do artigo 8.º, n.ºs 1 e 2 e n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 178-A/2005, de 28 de outubro, competente para a emissão de segunda via dos certificados de matrícula, por perda ou extravio dos mesmos. O IMT, IP, necessita de obter informação sobre ónus ou encargos que impendem sobre o veículo e que podem condicionar a emissão daqueles documentos. Acresce que a informação sobre os ónus ou encargos também é relevante para ser fornecida a entidades congéneres aquando da matriculação de veículos com anterior matrícula portuguesa no estrangeiro.

19. De acordo com n.º 1 do artigo 27.º-E do regime relativo ao Registo Automóvel, o IMT, IP tem acesso à informação constante do registo de automóveis, através de linha de transmissão de dados. A comunicação e a consulta previstas nos números anteriores estão condicionadas à celebração de protocolo com o IRN, I. P., que defina, face às atribuições legais ou estatutárias das entidades interessadas, os limites e condições das comunicações e consulta- cfr. n.º 3.

20. Deste modo, há fundamento de legitimidade para este tratamento de dados pessoais, na vertente de acesso, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD.

21. No que respeita às medidas de segurança relativas à transmissão dos dados, sem prejuízo da necessidade da permanente verificação da sua conformidade, as mesmas afiguram-se apropriadas.

22. Quanto ao prazo de conservação dos registos de acesso ao sistema para fins de auditoria (*logs*), enquanto se indica que os logs referidos na Cláusula 2.ª têm uma conservação de dois anos, logo um prazo fixo (mínimo e máximo), o período de conservação dos logs referidos na Cláusula 5.ª refere dois anos de prazo mínimo, deixando em aberto o prazo máximo. Sugere-se que razões de clareza jurídica se altere esta disposição.

23. A intervenção do IGFEJ neste protocolo decorre da atribuição prevista na alínea m) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 164/2012, de 31 de julho.

III. Conclusão

24. Considera a CNPD haver legitimidade para o acesso pelo IMT, IP, aos dados pessoais do registo automóvel, nos limites e condições preconizados pelo presente protocolo, com as alterações decorrentes do presente parecer.

Aprovado na reunião de 5 de setembro de 2023

A Presidente,
Paula Meira Lourenço

Assinado por: **PAULA CRISTINA MEIRA LOURENÇO**

Data: 2023.09.05 17:06:28+01'00'

Certificado por: **Diário da República Eletrónico**

Atributos certificados: **Presidente - Comissão Nacional de Proteção de Dados**

